

# GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 24 de fevereiro de 1989

## Um <sup>Congresso</sup> compromisso com a sociedade

Novamente o Congresso Nacional está às voltas com o problema dos seus servidores. No entanto, mais que um novo "trem da alegria", no momento observa-se pela imprensa o questionamento do número de funcionários com que conta o Poder Legislativo, seus vencimentos e atribuições.

A propósito do cancelamento de uma ordem de pagamento de extras para os funcionários do Senado Federal, ficamos sabendo que só essa casa conta com 3.600 funcionários, excetuando-se os 340 do Prodasen e os 1.800 lotados na gráfica.

Evidentemente, dispensada qualquer análise mais profunda, fica patente seu excessivo número. A gráfica, seguramente, deve ser uma das maiores do País. Essa quantidade de pessoas gerou distorções também no que toca aos cargos de chefia, naturalmente aquinhoados com polpudas gratificações.

Segundo dados veiculados, o Senado Federal conta com um diretor para uma média de 175 fun-

cionários, além de um chefe para cada grupo de vinte.

Não somos daqueles que vêm no excesso de funcionários públicos a raiz de todos os males do Brasil. No entanto, acreditamos que, mais do que um problema econômico, essa questão é um problema moral, e como tal deve ser tratado.

O contribuinte, com justa razão, não aceita que o dinheiro dos impostos seja usado para manutenção de gente que não trabalha ou é desnecessária. Se aqui fora, na vida real, não na fantasia em que se transformaram muitos setores de nosso Estado, o cidadão trabalha e vê retirada de seus proventos boa parte para o Tesouro é, no mínimo, compreensiva sua indignação.

Não importa quantos cruzados estão sendo gastos, mas que estão sendo gastos de maneira a beneficiar um pequeno grupo de pessoas. É certo que a imoralidade do empreguismo não é, infelizmente, a única que atormenta este sofrido país, no entanto não podemos criar hierarquias entre imoralidades e sim combatê-las.

Por muito tempo se disse neste país que reformas administrativas não rendem benefícios eleitorais aos políticos e por isso não são executadas. Parece-nos que, se um dia foi assim, hoje seguramente essa afirmação não é verdadeira.

A atitude moralizadora que alguns políticos vêm tomando nos últimos tempos, seguramente tem lhes rendido benefícios, como por exemplo o respeito da sociedade.

Isso é verdade, principalmente em relação às novas autoridades eleitas, como é o caso da presidente da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, que, mesmo debaixo de ameaças à sua integridade física, desenvolve um trabalho de reforma administrativa e extinção de irregularidades naquele órgão.

Não somos a favor da pirotecnia que alguns políticos fazem em relação ao tema e que acaba por não levar a resultados concretos. Esses oportunistas, mais dia menos dia, acabarão por ser julgados pela sociedade. Também não queremos uma cruzada contra o Estado e seu corpo de funcionários, o

que seguramente traria, em muitos casos, a injustiça.

No entanto não podemos aceitar, por exemplo, atitudes que procuram impedir o exame concreto da situação. Se na Câmara dos Deputados existem funcionários muito distantes dos objetivos de seus cargos, é necessário analisarmos a questão, verificarmos até que ponto vai o problema, e corrigi-lo.

Devem saber os senhores congressistas que os funcionários que lhes servem, mesmo os de sua livre escolha, não são, em nenhuma hipótese, seus funcionários e sim do Poder Legislativo e, conseqüentemente, pagos com nossos impostos.

Seguramente, estaremos todos nós, contribuintes, mais tranquilos se nossas autoridades, sejam do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, não procurarem esconder a realidade de nosso funcionalismo mas sim, com muita transparência, mostrá-la à sociedade, apontando as soluções possíveis para os problemas que seguramente existem.